

LAUDATO SI': CHAVES DE LEITURA DESDE A AMÉRICA LATINA.

P. Paulo Suess¹

¹ De origen alemán, descubrió su vocación misionera desde muy joven en la amazonía brasilera. Sacerdote. Doctor en teología. En América Latina y el Caribe es reconocido su aporte en los campos de la teología post-conciliar, la misionología y la teología india. Es asesor del Consejo Indigenista Misionero (CIMI), al cual se encuentra vinculado desde hace más de 40 años. Conferencista, escritor. Dos universidades alemanas le han otorgado el doctorado honoris causa: Bamberg, en 1993, y Frankfurt, en 2004. Además de sus destacadas participaciones en eventos internacionales, como ponente y conferencista, fue presidente de IAMS (International Association for Mission Studies) y asesor teológico de algunos obispos durante la IV y V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano de Santo Domingo y Aparecida y hace parte de la comisión de reflexión de teología india del CELAM. Actualmente es profesor del ciclo de posgrado en misionología, del Instituto Teológico São Paulo.

A encíclica *Laudato Si'* (LS) faz da realidade ecológica uma leitura sociocultural. Pobres e povos indígenas são contemplados como atores, destinatários e vítimas. Além da leitura sociocultural, acrescentamos a leitura latino-americana, porque a pobreza e a alteridade, que são questões universais, exigem também hermenêuticas regionais. O campo religioso e pastoral ainda tem três tarefas específicas: lembrar as dores suportadas na construção do “bem viver” em tempos remotos, animar as lutas de hoje por direitos e dignidade, e alimentar a esperança que um outro mundo é possível. Por isso devemos também perscrutar a *Laudato Si'* sobre suas contribuições face ao luto e à dor dos povos, frente às lutas pela sua libertação e para o desabrochamento e à confirmação de suas esperanças geradas nas fendas do sistema que os oprime.

1. Magistério em diálogo: fontes diversificadas e método indutivo

Para fundamentar as questões abordadas na encíclica, o papa Francisco recorre a contribuições de seus antecessores, a documentos das Igrejas locais, sejam

católicas ou ecumênicas, ao consenso científico sobre a situação climática hoje e a documentos do Vaticano II. A encíclica “Louvado sejam” (LS) é um compêndio socioecológico com muitos colaboradores e fontes. Mas, afinal, tem o pulso do papa Francisco e sua assinatura programática na festa de Pentecostes, dia 24 de maio de 2015. Em todos os seus escritos e gestos, o atual Papa é um autêntico seguidor das intenções pastorais do Vaticano II, oxigenadas pelo método indutivo da *Gaudium et Spes*, que na teologia latino-americana novamente tem sua guardiã criativa.

A constituição pastoral *Gaudium et Spes*, mais do que outros Documentos do Vaticano II, assume um discurso indutivo, partindo da vida concreta das pessoas, de suas alegrias e esperanças, das tristezas e angústias, “sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS 1). A leitura dos “sinais dos tempos” e a interpretação das mensagens que Deus envia a partir do mundo secular à sua Igreja, foram reconhecidas como uma espécie de revelações históricas: “a própria Igreja não ignora o quanto tenha recebido da história e da evolução da humanidade” (GS 44,1), sobretudo da realidade

que configura a vida dos pobres. Em Aparecida, a América Latina assumiu essa transformação dos pobres-destinatários em pobres-sujeitos da evangelização: “quantas vezes os pobres e os que sofrem nos evangelizam realmente” (Dap 257). As inspirações elementares da pastoral vêm do grito e do luto, da luta e da esperança dos pobres.

2. O elo entre os campos religioso, social e ambiental

O canto firme, que atravessa toda a encíclica LS, é a articulação da questão ambiental com a questão social e cultural: “não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49). A reflexão ecológica aprofunda as questões sociais e a opção pelos pobres: “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS 139). Na exploração ambiental se espelha a exploração dos pobres: “entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra

oprimida e devastada, que «geme e sofre as dores do parto» (Rm 8,22) (LG 2).

E a deterioração social, que é a consequência do desenvolvimento subordinado ao lucro, está produzindo por toda a parte deste mundo a “cultura do descarte” (LS 16; 22; 43). O “superdesenvolvimento dissipador e consumista”, contrasta “com perduráveis situações de miséria desumanizadora” (LS 109). Quem não ama e defende sua “irmã maior”, a natureza, nem a sua “mãe”, a terra, regride ao estado animal da evolução que faz prevalecer a lei do mais forte.

3. Teologia da Criação

A teologia subjacente à reflexão teológica da ecologia é a Teologia da Criação. Tudo que existe fora de Deus, foi criado por Ele. Segundo o “Evangelho da Criação”, o Deus uno e trino é origem e fim da criação e da história de salvação. Criação e redenção, como obras da Trindade, são obras do amor (cf. LS 238-240, cf. GS 19a). A finalidade da criação é a revelação da glória de Deus. Através do trabalho e da criatividade cultural, a humanidade continua a obra da criação com

certa liberdade que exige responsabilidade. Jesus Cristo corrige a lei “natural” da sobrevivência do mais forte, que era necessária até o aparecimento do ser humano. Consciência, liberdade e língua, que constituem a dignidade particular da humanidade, são capazes de superar a programação dos instintos.

Através do Antigo Testamento, Deus preparou Israel para romper com a lei do mais forte através da missão de seu Enviado, Jesus Cristo. Este defendeu o conjunto da humanidade a partir dos pequenos, dos mais fracos, dos pobres e das minorias étnicas ameaçadas (cf. Lc 4,18; 6,20; 19,10; Mt 12,20; 25,40). A partir da nossa fé compreendemos a substituição da lei do mais forte pela boa convivência de todos —com Deus, a humanidade e a natureza— como “Nova Criação” (2Cor 5,17; Gal 6,15).

As ciências humanas ensinaram à teologia a compreender cada vez mais o fundo metafórico das narrativas bíblicas. Com Darwin (1809-1882), por exemplo, a teologia aprendeu a incluir com mais realismo a humanidade na evolução da criação e da natureza. De um modo especial, a humanidade faz parte da evolução da na-

tureza, que é sua irmã maior (em idade): “a terra existe antes de nós e foi-nos dada” (LS 67). “Estamos incluídos nela [na natureza], somos parte dela e compenetramo-nos” (LS 139). Essa proximidade entre natureza e ser humano desautoriza um corte rígido entre natureza e cultura. O reconhecimento da natureza não só como objeto, mas como sujeito, nos obriga a repensar o tratamento da terra, da água e do ar a partir de sua dignidade como obra de Deus. Nos obriga sobretudo a desconstruir a divisão cartesiana entre “*res cogitans*” e “*res extensa*”, que está no início da modernidade.

Por fazer parte da natureza temos com ela uma missão ética de responsabilidade e de solidariedade recíproca com tudo que foi criado (cf. LS 92). Partilhamos com a natureza nascimento e finitude (morte). Temos um DNA, que nos condiciona, independente de nós, como pessoa. A herança genética está inscrita em nossa vida, mas temos também dispositivos que nos fazem ir além da obrigatoriedade dos instintos e das programações genéticas.

4. Conversão ecológica

O papa Francisco coloca a “conversão ecológica” no contexto de “espiritualidade” e “educação”, capazes de renovar a humanidade através de “uma paixão pelo cuidado do mundo” (LS 216). Essa paixão precisa ser transmitida pela educação e interiorizada pela espiritualidade. Mas a conversão ecológica exige também abandonar enfoques parciais ou setoriais da questão ambiental e assumir um enfoque integral, já que hoje todas as crises sistêmicas e pecados estruturais e pessoais estão interligadas (cf. LS 137ss). Os passos educativos dessa conversão apontam para a passagem “do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade da partilha numa ascese que significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar” (LS 9), a unir-nos intimamente a tudo o que existe. A força destrutiva manifesta-se hoje “no abandono dos mais frágeis, nos ataques contra a natureza” (LS 66).

Hoje, a conversão ecológica deve ser o freio de emergência contra a maximização dos lucros e a aceleração do crescimento: “dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos

de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana” (LS 190). “A pobreza e a austeridade de são Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio” (LS 11).

5. Inovação missiológica pela cultura do encontro

Na *Evangelii Gaudium* (EG), o papa Francisco falava *ad intra*, como pastor que se dirige “aos membros da Igreja, a fim de mobilizá-los para um processo de reforma missionária” (LS 3). Na *Laudato Si'*, Francisco fala como o irmão do mundo e dialoga *ad extra* “com todos acerca da nossa casa comum” (LS 3). Ambos os textos tratam do resgate da vida humana.

A partir do lugar dos pobres, Francisco começa a destravar bloqueios internos da Igreja por certo distanciamento do “essencial” e pelo desencontro com as pessoas concretas: “quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções

sem exclusões, o anúncio concentra-se no essencial” (EG 35).

Na esteira do jubileu de ouro do Vaticano II (1962-1965), o papa Francisco assume uma reorientação conciliar e confirma posturas doutrinárias sem ranço colonial. Com a proposta de uma “Igreja em saída”, o papa Francisco traduziu o conceito “natureza missionária” ou “Igreja essencialmente missionária”, para os dias de hoje. Trata-se de uma Igreja que sai da própria comodidade e parte para as periferias (cf. EG 20; 30): “a Igreja ‘em saída’ é uma Igreja com as portas abertas” (EG 46) e despojada. A missão é o antídoto contra a mundanidade espiritual que cultiva “o cuidado da aparência” e se coloca a si mesma no centro e, ao mesmo tempo, num círculo de giz da autorreferencialidade (cf. EG 8, 94, 95). A “resposta à doação absolutamente gratuita de Deus” (EG 179) é a saída de si como “absoluta prioridade” da vida cristã: “a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros” (EG 10).

“O amor às pessoas é uma força espiritual que favorece o encontro em plenitude com Deus” (EG 272). O encontro “com o amor

de Deus em Cristo Jesus” (EG 120, cf. 263) acontece “na cruz, quando Cristo suportava em sua carne o dramático encontro entre o pecado do mundo e a misericórdia divina” (EG 285). Na cultura do encontro coincidem missão, ecumenismo e diálogo inter-religioso que se concentram no essencial: na construção e reconstrução da vida para todos.

6. A terra como base do bem viver de todos

Segundo a LS, há um consenso entre crentes e não-crentes: “que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos” (LS 93). Para as sociedades tradicionais, a terra, que é geralmente propriedade coletiva, garante o “bem viver” da comunidade. Nessas sociedades não tem excluídos nem marginalizados: “cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger [...]. Por isso, Deus proíbe-nos toda a pretensão de posse absoluta: «nenhuma terra será vendida definitivamente,

porque a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes» [Lv 25, 23]” (LS 67).

Na realidade, estamos longe do reconhecimento da terra como bem comum. “A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso” (LS 52). Sociedades indígenas, que ainda não foram incorporadas ao sistema capitalista, podem nos dar muitas lições de “bem viver” em suas terras onde produzem materialmente o necessário para viver, com menos melhor, e conviver sem os mecanismos concorrenciais da sociedade capitalista. Para as comunidades indígenas “a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus [...]. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura” (LS 146).

O que distingue a sociedade tradicional e a sociedade moder-

na são duas visões diferentes da terra: a terra como dom de Deus para todos e a terra-mercadoria para alguns privilegiados.

7. Ética ambiental universal

A desigualdade social acoplada à degradação ambiental, climática e cultural “não afeta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais” (LS 51; cf. 56). A crise ecológica é a “manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade” (LS 119). A LS lamenta que atualmente “não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência” (LS 110).

Contudo, a construção de uma ética ambiental entre os povos é imaginável. As questões da ética ecológica apontam em duas direções: *ad intra*, para ganhar o setor institucional da Igreja católica e sua base popular nas paróquias, nos movimentos sociais e Organizações de Ajuda, e *ad extra*, para construir alianças com setores ideológicos sem vínculo institucional com a Igreja.

Nesta perspectiva de alianças e encontros, diálogos e consensos a serem construídos *ad extra*,

certamente três Conferências Internacionais das Nações Unidas foram o alvo do calendário da publicação da encíclica LS sobre “o cuidado da casa comum”: as Conferências de Adis Abeba, de Nova Iorque e de Paris. Adis Abeba (Etiópia) hospedou, entre os dias 13 e 16 de julho de 2015, a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Nova Iorque hospedou do dia 25 a 27 de setembro de 2015 a Conferência que pretendeu redefinir os Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável, ainda baseados nos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, de 2000 (1. Fome, 2. Educação, 3. Gênero, 4. Mortalidade infantil, 5. Gestantes, 6. Aids, malária e outras doenças, 7. Qualidade de vida e meio ambiente, 8. Desenvolvimento). Finalmente, Paris hospedou, de 30 de novembro a 11 de dezembro/2015, a Conferência sobre as Mudanças Climáticas.

Falta lembrar a “Carta da Terra”, de 2000, que precedeu a “Louvado sejas” (LS) por 15 anos. Depois de uma década de discussões internacionais e interculturais, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados ganhou a adesão de mais de 4.500

organizações com uma declaração de princípios éticos fundamentais. Estão de pé e cada vez mais unidos os que não aceitam o capitalismo cinzento enfeitado com uma bandeira verde-oliva.